

APRESENTAÇÃO DOS ARTIGOS DESTA EDIÇÃO

O artigo que abre a edição, dos autores João Vinícius de França Carvalho e Leonardo Cardoso, com título **“Os Impactos da Rentabilização do Estoque de Capital Sobre a Probabilidade de Ruína e o Capital de Solvência Para Seguradoras”** teve por objetivo avaliar a solvência técnica de seguradoras por meio da verificação do efeito de rentabilização do estoque de capital sobre a probabilidade de ruína de tais entidades e seu capital de solvência, principal instrumento regulatório e prudencial do setor. Os resultados demonstraram que capitais de solvência elevados reduzem drasticamente a probabilidade de ruína no curto prazo, e rentabilidades oriundas de aplicações financeiras são mais efetivas para evitar falências em médio e longo prazo. Assim, recomenda-se uma gestão de capital baseada no equilíbrio do binômio: (i) alocação de ativos garantidores em títulos que proporcionem rentabilidades sustentáveis, e; (ii) dimensionamento do capital de solvência ideal para lidar com sinistros extremos nos primeiros anos de operação.

William Aparecido Maciel da Silva e Tatiana Albanez, no artigo denominado **“Estrutura de Capital e sua Relação com a Geração de Valor para o Acionista de Companhias Brasileiras”**, objetivou analisar se a estrutura de capital de companhias abertas brasileiras contribuiu para a geração de valor econômico a seus acionistas no período 2010- 2017. Os resultados demonstraram que a estrutura de capital adotada pelas empresas impactou de forma negativa a geração de valor no período analisado, e que as empresas brasileiras têm dificuldade em conseguir resultados que excedam o custo de oportunidade e possibilitem a criação de valor econômico para seus acionistas

O artigo **“Análise do Capital de Giro das Empresas Listadas na B3 Frente à Crise Econômica Brasileira”**, dos autores Daniel Penido de Lima Amorim, Marcos Antônio de Camargos e Bruno Ferreira Pinto, teve como objetivo analisar se ocorreram alterações no capital de giro de empresas de capital aberto no contexto da Crise Econômica Brasileira. Os resultados evidenciaram que, durante a crise, os balanços tenderam a mudar para as estruturas financeiras consideradas menos desejáveis. Além disso, observou-se que a piora na situação do capital de giro das empresas ocorreu em variáveis específicas (Capital de Giro e Saldo em Tesouraria). As contas

financeiras e operacionais do capital de giro tenderam a exibir dinâmicas distintas quando as empresas se defrontaram com o contexto de crise.

De autoria de Gildo Rodrigues da Silva, Francisco José de Oliveira Andrade e Daniel Reed Bergmann, o artigo intitulado **“Avaliação da Robustez do Uso do Prêmio por Risco País no Cálculo do Custo de Capital Próprio no Brasil”** teve como objetivo se há motivações para os executivos das empresas listadas na B3 utilizarem o prêmio por risco país em conjunto com o índice local ou prêmio do mercado americano no cálculo do CAPM. Os resultados sugerem que o prêmio por risco país não deve ser utilizado no cálculo do capital próprio em conjunto com o prêmio de mercado americano ou o índice local (Ibovespa).

Jislene Trindade Medeiros, Rômulo Alves Soares, Lívia Arruda Castro e Daniel Barboza Guimarães, no artigo intitulado **“Características que Influenciam o Nível de Conservadorismo dos Alunos de Graduação de Contabilidade”**, investigou como a aversão ao risco se manifesta em estudantes de contabilidade, e qual o efeito de suas características sociodemográficas na determinação de um perfil mais ou menos conservador. Constatou-se que a maioria dos alunos do curso de contabilidade são conservadores (avessos ao risco) e verificaram-se indícios de que os alunos dos dois últimos anos do curso, ou seja, com maior experiência, têm uma maior probabilidade de serem conservadores. Contudo, não foram encontradas evidências de que o gênero, a idade e a renda influenciam no nível de conservadorismo.

Em **“Análise Comparativa das Competências e Habilidades Estabelecidas nas International Education Standards com os Projetos Pedagógicos dos Cursos de Contabilidade à Luz da Teoria Institucional”**, as autoras Luciana Holtz, Isabel Cabral e Márcia da Silva Carvalho compararam o perfil profissional recomendado pelo *International Accounting Education Standards Board* (IAESB), constante nas *International Education Standard* (IES) 02 e IES 03, com o perfil do profissional do egresso das Instituições Federais de Ensino Superior da Região Sudeste. Os resultados demonstram baixas aderências dos PPCs às normas IES, revelando que as instituições de ensino ainda não estão integradas no processo de globalização da formação do profissional contábil. Quando avaliada a adesão às assertivas sugeridas pelas normas, percebe-se a forte influência de outras instituições, como o Governo e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) no processo de elaboração dos PPCs, demonstrando a existência de isomorfismo coercitivo. O estudo revela que competências importantíssimas no ambiente empresarial, como governança e gerenciamento de risco, finanças e gestão financeira, não estão abordadas nos PPCs atuais, o que indica a necessidade de revisão desses projetos.

No trabalho **“Governança Corporativa e Seus Determinantes: Influências Negativas do Ambiente Externo Sobre as Práticas de Governança Corporativa do Próximo Exercício”**, de autoria de Adhmir Renan Voltolini Gomes e Gilmar Ribeiro de Mello, o objetivo foi analisar as chances de a competitividade de mercado, o risco não sistemático e o desempenho determinarem os níveis de Governança Corporativa do próximo exercício. Constatou-se que risco não sistêmico demonstrou ser um contraponto à governança. Assim, o ambiente de risco também desfavorece à tomada de decisão a favor da adoção de práticas de governança. O desempenho econômico e financeiro percebido pelos investidores também diminui as chances de ocorrerem práticas de governança corporativa no próximo exercício.

No último artigo da edição, os autores Ana Carolina Vasconcelos Colares, Jaqueline Nunes da Silva, Isadora de Ângelo Almeida e Luana Sousa Santos, no trabalho denominado **“A Divulgação dos Principais Assuntos de Auditoria Afetou a Remuneração dos Auditores Independentes?”**, tiveram como objetivo Investigar se o novo relatório de auditoria independente com a inclusão dos principais assuntos de auditoria (PAA) acarretou em aumento da remuneração dos auditores, considerando o período de 2016 a 2018. Os resultados mostraram que a quantidade de PAA divulgada afetou a remuneração dos auditores somente no primeiro ano de aplicação da norma. Também foi constatada que a remuneração dos auditores independentes, durante o período analisado, está relacionada positivamente com as variáveis: tipo de firma; remuneração dos serviços de não auditoria; setor regulamentado e tamanho da firma. Além disso, a remuneração está negativamente associada com a governança corporativa.

Boa leitura a todos!

ADRIANA FERNANDES DE VASCONCELOS
Editora Geral

ANNA PAOLA FERNANDES FREIRE
Editora Adjunta

KARLA KATIÚSCIA NÓBREGA DE ALMEIDA
Editora Adjunta

LIDIANE NAZARÉ DA SILVA DIAS
Editora Adjunta

MARCO AURÉLIO DOS SANTOS
Editor Adjunto

VAGNER ANTONIO MARQUES
Editor Adjunto